

**PROGARANTE** SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CREDITO, SA  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2021

**RELATÓRIO  
DE  
AUDITORIA FINANCEIRA**

# INDICE

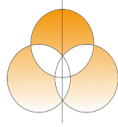
1. Relatório do auditor independente

2. Anexos

2.1. Demonstrações financeiras auditadas

2.2. Relatório de gestão do Conselho de Administração

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Exmos. Acionista e Conselho de Administração da  
PRÓ-GARANTE-Sociedade de Garantia Parcial de Crédito, SA

### Opinião

1. Auditámos as demonstrações financeiras da PRÓ-GARANTE-Sociedade de Garantia Parcial de Créditos, SA ("Sociedade" ou "PRÓ-GARANTE"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 e a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de variação nos capitais próprios e a demonstração de fluxos de caixa, relativas ao exercício findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras, contendo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da PRÓ-GARANTE em 31 de dezembro de 2021, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e em conformidade com o Aviso nº 2/2007 do Banco de Cabo Verde.

### Bases para a Opinião

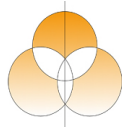
3. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras" abaixo, neste relatório. Somos independentes da Sociedade, de acordo com os requisitos éticos que são relevantes para nossa auditoria das demonstrações financeiras, expressos no Código de Ética e Deontologia Profissional da Ordem dos Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde e cumprimos nossas outras responsabilidades éticas de acordo com o citado Código de Ética. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### Ênfase

4. Chamamos atenção para à nota 20 do anexo que se refere a uma alteração do Estatuto da PRÓ-GARANTE devido a algumas medidas relacionadas com o "Programa de apoio à retoma pós Covid-19" do Governo de Cabo Verde e também à intenção de efetuar um aumento do Capital Social para o ano de 2022. A nossa opinião não é modificada no que respeita a estas matérias.

### Matérias Relevantes da Auditoria

5. As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do presente exercício. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



6. No caso da presente auditoria, determinamos que não há matérias relevantes de auditoria para comunicar no nosso relatório.

#### **Outras Matérias**

7. Conforme referido no Relatório de gestão, o ano de 2022 ainda será um ano de incertezas, especialmente porque será o ano onde conseguirão observar o comportamento real dos créditos garantidos, quando finalizar as moratórias dadas pelos bancos devido a COVID-19, e também pela Guerra de Ucrânia que está a gerar os primeiros sintomas de uma estaglação no mundo e coerentemente de maneira específica em Cabo Verde. Os auditores avaliaram junto da PRÓ-GARANTE os eventuais efeitos dessas incertezas na Sociedade, tendo concluído que, embora não seja possível quantificar os efeitos dessas incertezas na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa futuros, a continuidade de exploração da PRÓ-GARANTE não se encontra em causa.

#### **Outras informações para além das demonstrações financeiras e respetivo relatório do auditor**

8. O Conselho de Administração da PRÓ-GARANTE é responsável pela elaboração do relatório de gestão da Sociedade, de acordo com o Estatuto e nos termos estabelecidos no Código das Sociedades Comerciais. O relatório de gestão em si não inclui as demonstrações financeiras e o respetivo relatório do auditor.

9. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não inclui o relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre o mesmo.

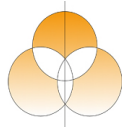
10. Em conexão com a nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de fazer uma leitura do relatório de gestão e, ao fazer isso, analisar se a informação financeira nele contido é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou pareçam conter erros materiais.

11. Se, baseado no trabalho efetuado, concluímos que há erros materiais na informação financeira contida no relatório de gestão, devemos relatar esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades pelas Demonstrações Financeiras**

12. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e em conformidade com o Aviso nº 2/2007 do Banco de Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

13. Na preparação das demonstrações financeiras o Conselho de Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade das operações e à utilização do pressuposto contabilístico da continuidade, a não ser que o Conselho de Administração tenciona liquidar a Sociedade ou cessar as operações ou não tem alternativa realista senão fazê-lo.



14. Os encarregados pela governação são responsáveis pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

#### **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras**

15. Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

16. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

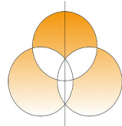
16.1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

16.2 Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.

16.3. Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.

16.4. Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto contabilístico da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas operações.

16.5. Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.



## AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

---

17. Informamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Praia, 25 de maio de 2022

AUDITEC – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Representada por

Dr. João Marcos Alves Mendes

Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4

## **ANEXOS**



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS**

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Balanço

O BL tem por finalidade apresentar a posição financeira da PRÓGARANTE e informações acerca dos recursos utilizados e a forma como estão a ser financiados. Em 31 de dezembro de 2021 o Balanço apresenta-se como segue:

Balanço

Período compreendido entre 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021 e 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2020

(Montantes expressos em escudos cabo-verdianos)

Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
<b>A TIVO</b>			
Disponibilidade em outras instituições de crédito	2	297 409 582	23 309 343
Aplicações em instituições financeiras	3	480 000 000	905 548 000
Outros activos tangíveis	4	3 431 421	3 585 674
Outros activos intangíveis	4	371 299	280 000
Activos com acordo de recompra	5	748 269 498	-
Activos financeiros detidos para negociação	6	42 291 524	38 000 000
Ativos por imposto sobre o rendimento	7	3 274 774	60 894
Devedores e outras aplicações	8	19 283 298	5 868 115
Ativo por imposto corrente	7	1 819 368	1 560 437
Despesas com encargo diferido	9	67 823	64 948
Rendimentos a receber	10	24 534 098	12 626 048
Outros ativos	11	8 870 534	-
<b>Total dos ativos</b>		<b>1 629 623 219</b>	<b>990 903 459</b>
<b>PASSIVO</b>			
Passivo por imposto corrente		3 598 833	3 599 041
Credores e outros recursos		570 475 691	3 245 325
Provisões	12	9 247 477	1 601 405
Receitas com rendimento diferido		339 745	566 173
Outros passivos		966 465	-
<b>Total de Passivo</b>		<b>584 628 211</b>	<b>9 011 944</b>
<b>CAPITAL</b>			
Capital		966 413 798	966 413 798
Reserva legal e resultados transitados	13	15 477 717	53 669
Outros instrumentos de capital		28 440 900	-
Resultado líquido do exercício	14	34 662 593	15 424 048
<b>Total de Capital</b>		<b>1 044 995 008</b>	<b>981 891 515</b>
<b>Total de passivo + capital próprio</b>		<b>1 629 623 219</b>	<b>990 903 459</b>

O Contabilista Certificado,



Éder Patrick Cardoso Lisboa  
Cédula Profissional nº 483  
NIF: 109457927

PCA,  
*(Handwritten signature)*

Pedro Mendes de Barros

ADMINISTRADOR EXECUTIVO,  
SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL  
DE CRÉDITOS SA - PRÓ-GARANTE  
Andrés Rodolfo Bernál Espinosa

ADMINISTRADORA NÃO EXECUTIVO,

*(Handwritten signature)*  
Antónia Maria Resende Cardoso

## Demonstração de Resultados por Natureza (DRN)

A DRN tem por objetivo informar o desempenho económico da instituição em determinado período de tempo. Seus componentes são os rendimentos e os gastos. A DRN da PRÓGARANTE para os períodos compreendidos entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021 apresenta o seguinte:

### Demonstrações dos Resultados por Natureza

Período compreendido entre 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021 e 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2020

(Montantes expressos em escudos cabo-verdianos)

Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Juros e rendimentos similares	15	36 328 083	20 439 820
Juros e encargos similares		(1 430 508)	-
<b>Margem Financeira</b>		<b>34 897 575</b>	<b>20 439 820</b>
Outras comissões recebidas	16	29 228 007	6 611 286
Outros rendimentos e receitas operacionais	17	27 164 569	28 074 367
Outros encargos		-	(244 386)
<b>Produto Bancário</b>		<b>91 290 151</b>	<b>54 881 087</b>
Gastos com pessoal	18	(8 175 120)	(2 096 659)
Gastos gerais administrativos	19	(36 208 712)	(31 898 138)
Outros gastos		(1 800)	-
Amortizações do exercício	4	(997 021)	(335 434)
Provisões líquidas de Reposição e Anulações	12	(8 090 173)	(1 601 405)
Reposições e anulações de provisões		444 101	-
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>38 261 426</b>	<b>18 949 451</b>
<b>Impostos</b>			
Correntes	12	(3 598 833)	(3 525 403)
Diferidos		-	-
<b>Resultado Líquido</b>	14	<b>34 662 593</b>	<b>15 424 048</b>

O Contabilista Certificado,



Éder Patrick Cardoso Lisboa  
Cédula Profissional nº 483  
NIF: 109457927

PCA

Pedro Mendes de Barros

ADMINISTRADOR EXECUTIVO,

SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL  
DE CREDITO SA - PRÓ GARANTE  
Andrés Rodolfo Bernal Espinosa  
NIF: 300934302

ADMINISTRADORA NÃO EXECUTIVO,

Antónia Maria Resende Cardoso

## Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A DFC relata os fluxos de caixa do período em análise, permitindo determinar o impacto das atividades operacionais de financiamento e de investimento na posição financeira da entidade. A Tabela 3 apresenta a DFC da PRÓGARANTE para o período compreendido entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

Tabela 1 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Demonstração de Fluxos de Caixa  
Período compreendido entre 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021 e 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2020  
(Montantes expressos em escudos cabo-verdianos)

Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes	2	20 899 959	3 812 277
Pagamentos a fornecedores		(5 175 423)	(4 628 573)
Pagamentos ao pessoal		(2 355 698)	(3 338 401)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		13 368 838	11 779 251
Outros recebimentos/pagamentos		(6 403 443)	(310 555)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>			
		304 746 754	(438 465 509)
		311 712 149	(426 996 813)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Outros Ativos tangíveis	2	(27 884)	(2 622 967)
Activos Intangíveis		-	-
Investimento financeiro		(510 000 000)	(38 000 000)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Outros Ativos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		-	-
Investimento financeiro		330 388 900	-
Juros e rendimentos similares		14 611 013	7 802 185
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>			
		(165 027 971)	(32 820 782)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Realização de capital	2	380 970 963	478 785 113
Recursos de outras instituições financeiras		-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Juros e gastos similares		(3 554 902)	(21 944)
Dividendos		(250 000 000)	-
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>			
		127 416 061	478 807 057
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
		274 100 239	18 989 462
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			
		-	-
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>			
		23 309 343	4 319 881
		297 409 582	23 309 343

O Contabilista Certificado,



Éder Patrick Cardoso Lisboa  
Cédula Profissional nº 483  
NF: 109457927

PCA

Pedro Mendes de Barros

ADMINISTRADOR EXECUTIVO,  
SOLUCIÃO DE CREDITOS, SA - PRÓ-GARANTE  
NIF: 360934702

Andrés Rodolfo Bernál Espinosa  
ADMINISTRADORA NÃO EXECUTIVO,

Antónia Maria Resende Cardoso

## Demonstração de Alterações no Capital Próprio (DACP)

A DACP tem como objetivo dar a conhecer as alterações ocorridas no património líquido da instituição durante os anos económicos em análise. Evidencia os itens e factos suscetíveis de gerar alterações no valor líquido do património.

A Tabela 4 apresenta a DACP da PRÓGARANTE para o período compreendido entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

Tabela 2 - Demonstração de Alterações no Capital Próprio (DACP)

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
Período compreendido entre 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021

(Montantes expressos em euros (milhões))

DESCRIÇÃO	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Reserva para riscos	Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
<b>POSIÇÃO EM 01-01-2021</b>	12	1	864 157,36	63,689	16 424,068	-	944 615,116
<b>ALTERAÇÕES REFERENTES A RECEBIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO</b>							
Resultado líquido do período					34 667,930	34 667,930	34 667,930
Ajustes antes das alterações de avaliação					-	-	-
Outras alterações e reconciliações no capital próprio					-	-	-
<b>RE SULTADO EXTERN O</b>					34 667,930	34 667,930	34 667,930
<b>OPERAÇÕES E COM DE TERTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>	2				-	-	-
Realização de capital					-	-	-
Distribuição de dividendos					-	-	-
Outras operações e com de tertores de capital					-	-	-
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>	3				-	-	-
Provisões suplementares					-	-	-
Reservas legais					-	-	-
Outras reservas					-	-	-
<b>POSIÇÃO NO FINAL DO PERÍODO 31-12-2021</b>	13	1+2+3+4	898 825,290	63,689	16 424,068	34 667,930	1 013 980,377

O Contabilista Certificado,  
  
Eduardo António Carlos Lisboa  
Cédula Profissional nº 483  
Nº 10947927

PCA

Pedro Mendes de Barros  
ADMINISTRADOR EXECUTIVO,  
André Pedro Bernal Espinosa  
ADMINISTRADORA NÃO EXECUTIVA,  
José Luís Santos Carneiro

PRÓGARANTE, SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITOS, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
Período compreendido entre 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021

(Montantes expressos em euros (milhões))

DESCRIÇÃO	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Reserva para riscos	Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
<b>POSIÇÃO EM 01-01-2020</b>	12	1	484 688,972	-	1 373,330	-	486 062,302
<b>ALTERAÇÕES REFERENTES A RECEBIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO</b>							
Resultado líquido do período					16 474,048	16 474,048	16 474,048
Ajustes antes das alterações de avaliação					-	-	-
Outras alterações e reconciliações no capital próprio					-	-	-
<b>RE SULTADO EXTERN O</b>					16 474,048	16 474,048	16 474,048
<b>OPERAÇÕES E COM DE TERTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>	2				-	-	-
Realização de capital					-	-	-
Realização de proveitos de emissão					-	-	-
Distribuição de dividendos					-	-	-
Outras operações e com de tertores de capital					-	-	-
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>	3				-	-	-
Provisões suplementares					-	-	-
Reservas legais					-	-	-
Outras reservas					-	-	-
<b>POSIÇÃO NO FINAL DO PERÍODO 31-12-2021</b>	13	1+2+3+4	501 162,020	63,689	16 424,068	86 181,163	667 433,140

O Contabilista Certificado,  
  
Eduardo António Carlos Lisboa  
Cédula Profissional nº 483  
Nº 10947927

Pedro Mendes de Barros  
ADMINISTRADOR EXECUTIVO,  
SOCIETATE DE GARANTIA PARCIAL  
DE CRÉDITOS, S.A. - PRÓGARANTE  
NIF: 300015000  
André Pedro Bernal Espinosa  
ADMINISTRADORA NÃO EXECUTIVA,  
José Luís Santos Carneiro

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

### 0 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da PRÓGARANTE foram preparadas com base nos seus registos contabilísticos e de acordo com o Sistema contabilísticos do Plano de contas do sistema bancário cabo-verdiano e outras legislações complementares ao sector, estabelecida pelo Banco de Cabo verde no âmbito da sua competência.

#### b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Relato financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

#### c) Especialização de exercícios

A PRÓGARANTE regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização do exercício ou dos acréscimos, segundo o qual os proveitos e custos são reconhecidos / registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, ou seja, quando obtidos ou incorridos e destruídos por período mensais, segundo a regra "*pro rata temporis*", quando se trata de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período de tempo superior a um mês.

#### d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões', havendo, são classificados como ativos e passivos não correntes.

#### e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.



#### **f) Eventos subsequentes**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### **g) Derrogação das disposições do SNCRF**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNCRF.

### **NOTA 1 – Principais políticas contabilísticas**

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

#### **1.1. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeiras**

As Demonstrações Financeiras da PRÓGARANTE são apresentadas em Escudos de Cabo Verde (CVE), sendo esta moeda funcional e de apresentação. As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeiras são convertidos em Escudos de Cabo Verde (CVE) ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes das transações em moedas estrangeiras bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no período em que ocorrem, em função do efeito que têm sobre a posição cambial que é reavaliada diariamente com base no câmbio "fixing" do dia, na demonstração dos resultados na rubrica "Resultado de reavaliação cambial" se relacionados com empréstimos, ou em "Outros gastos ou perdas operacionais" para todos os outros saldos/transações.

#### **1.2. Outros ativos fixos tangíveis**

São registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Adquiridos até 2015	Adquiridos após 2015
Imóveis de serviço próprio	50	33-60
<b>Equipamento:</b>		
Mobiliário e Material de Escritório	8	8
Máquinas e ferramentas	5	6-5
Equipamento informático	5	3-5
Instalações interiores	4-5	5-8
Material de transporte	5-6	7
Equipamento de segurança	5-12	5-10
Outros equipamentos	6	8

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo modelo do custo, com imputação duodecimal, utilizando o método de linha reta para mensuração das depreciações.

Os terrenos não são objeto de amortização.

### 1.3. Outros Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades PRÓGARANTE.

Os outros ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como gastos do exercício em que são incorridas.



#### 1.4. Caixa e disponibilidades

Esta rubrica inclui caixa, disponibilidades, e depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

#### 1.5. Impostos sobre lucros

Em 31 de dezembro de 2021, a PRÓGARANTE está sujeita ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 22% e taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

##### **Impostos correntes**

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

##### **Impostos diferidos**

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os ativos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados ativos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.



Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

### 1.6. Provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

### 1.7. Benefícios dos Empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”. Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

### NOTA 2 – Caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito

A rubrica “Caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito”, em 31 de dezembro de 2021, apresenta a seguinte composição:

<i>Disponibilidade em outras instituições de crédito</i>		
<b>Depósitos à Ordem</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Banco Cabo verdiano de Negócio (BCN)	28 501 558	655 454
Banco BAI de Cabo verde (BAI)	159 151	17 732 904
Internacional Investment Bank (IIB)	1 301 371	631 804
Caixa Económica de Cabo Verde (CECV)	255 104 692	1 068 607
Banco Comercial do Atlântico (BCA)	11 016 089	1 240 026
Ecobank	1 089 353	1 430 049
Banco interatlântico (BI)	237 368	550 499
	<b>297 409 582</b>	<b>23 309 343</b>

12

**NOTA 3 – Aplicações em instituições financeiras**

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2021, apresenta a seguinte composição:

<i>Aplicações em instituições financeiras</i>	2021	2020
<b>Depósitos</b>		
<b><i>A prazo</i></b>		
Banco Cabo verdiano de Negócio (BCN)	-	-
Banco BAI de Cabo verde (BAI)	160 000 000	300 548 000
International Investment Bank (IIB)	160 000 000	160 000 000
<b><i>A muito curto prazo</i></b>		
Banco Cabo verdiano de Negócio (BCN)	-	-
International Investment Bank (IIB)	160 000 000	320 000 000
Ecobank	-	125 000 000
	<b>480 000 000</b>	<b>905 548 000</b>

Em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica Aplicações em Instituições Financeiras no País - Depósito a Prazo, corresponde ao investimento efetuado nos seguintes montantes:

No.	BANCO	VALOR DA APLICAÇÃO	DATA DE CONSTITUIÇÃO	PRAZO	JURO	DATA DA VENCIMENTO
1	BAI	160 000 000	11/11/2020	1080	3,00%	27/10/2023
1	IIB	160 000 000	20/04/2021	730	3,00%	20/04/2023
1	IIB	160 000 000	20/05/2021	730	3,00%	20/05/2023
<b>TOTAIS</b>		<b>480 000 000</b>				

Em 2021 foi efetuada aplicações apenas no IIB, no montante conforme apresentado acima. Tendo vencido as aplicações à prazo no IIB e no ECOBANK, em março de 2021 foi negociada o vencimento antecipado da aplicação do BAI e o mesmo montante reaplicado a uma taxa de juros de 3% a.a, com vencimento a 740 dias.

**NOTA 4 – Outros ativos tangíveis e intangíveis**

A rubrica “Outros ativos tangíveis e intangíveis” em 31 de dezembro de 2021, apresenta a seguinte composição:

	2021			
	Aquisições	Imparidade e amortização dos anos anteriores	Imparidade e amortização do Exercício	Valor líquido em 31/12/2021
<b>Outros Ativos Tangíveis</b>				
Equipamentos				
Equipamentos administrativo	2 001 092	560 715	372 948	1 440 377
Equipamento de transmissão	119 600	98 239	46 155	21 361
Viatura	2 580 000	645 000	516 000	1 935 000
Outros ativos fixos tangíveis	63 184	28 501	61 918	34 683
	<b>4 700 692</b>	<b>1 332 455</b>	<b>997 021</b>	<b>3 431 421</b>

	2021			
	Aquisições	Imparidade e amortização dos anos anteriores	Imparidade e amortização do Exercício	Valor líquido em 31/12/2021
<b>Ativos Intangíveis em curso</b>				
Outros ativos intangíveis				
Plataforma - Base de dados	280 000	-	-	280 000
Plataforma - Web	91 299	-	-	91 299
	<b>371 299</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>371 299</b>

Em 2021 foi adquirido novos mobiliários de escritório e outros ativos tangíveis e intangíveis.

**NOTA 5 – Ativos com acordo de recompra**

A rubrica “Ativos com acordo de recompra” em 31 de dezembro de 2021, apresenta a seguinte composição:

<b>Ativos com acordo de recompra</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativos com acordo de recompra		
Títulos	748 269 498	-
	<b>748 269 498</b>	<b>-</b>

A PRÓGARANTE celebrou em junho de 2021 um contrato de venda com acordo de recompra (transmissão de obrigações de tesouro) com o banco IIB, operação denominada REPO (Repurchase Agreement).

Alienou as obrigações de tesouro a data da venda, transferindo tais obrigações ao banco IIB. Sendo que na data da recompra, conforme estabelecido no contrato, o Banco revende à PRÓGARANTE pelo preço da recompra, conforme apresentado a seguir:

TIPO	BANCO	VALOR DA APLICAÇÃO	DATA DE CONSTITUIÇÃO	PRAZO	JURO	DATA DA VENCIMENTO
Repo	IIB	140 000 000	09/06/2021	730		09/06/2023
Repo	IIB	250 000 000	25/06/2021	1162		30/08/2024
Repo	IIB	100 000 000	25/06/2021	1162		30/08/2024
Repo	IIB	150 000 000	25/06/2021	1162		30/08/2024
Repo	IIB	100 000 000	25/06/2021	1162		30/08/2024
<b>TOTAIS</b>		<b>740 000 000</b>				

A aplicação das obrigações REPO foi no montante de 740.000.000 CVE, entretanto o banco tem efetuado movimento relativos aos juros das aplicações na conta totalizando até a data o montante de 8.269.498 CVE.

#### NOTA 6 – Investimento detido a maturidade

A rubrica “Investimento detido a maturidade” em 31 de dezembro de 2021, apresenta a seguinte composição:

<i>Investimento detido até à maturidade</i>	2021	2020
Instrumentos de dívida pública		
Títulos de tesouro	42 291 524	38 000 000
	<b>42 291 524</b>	<b>38 000 000</b>

Em agosto de 2020, foi efetuada no BCN a aplicação em Títulos do Tesouro no montante de 38.000.000 CVE, a taxa de juro de 2,88%, com maturidade de 731 dias e vencimento a 11/08/2022.

Em fevereiro de 2021 foi adquirido títulos de dívida pública no montante de 140.000.000 CVE acrescido dos juros corridos (6.382.266 CVE). Em junho tais títulos foram convertidos em contrato REPO (acordo de recompra), e os juros reconhecidos pelo custo amortizado.

**NOTA 7 – Ativo e passivo por imposto corrente**

Em 31 de Dezembro de 2021, a PRÓGARANTE está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC) à taxa de 22%, e 2% taxa de incêndio sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

<b>Ativo por imposto corrente</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Retenção na fonte	3 274 774	60 894
Pagamento fraccionado		
Exercício 2021	1 819 368	1 560 437
	<b>5 094 142</b>	<b>1 621 331</b>
<b>Passivo por imposto corrente</b>		
IRPC	3 598 833	3 599 041
	<b>3 598 833</b>	<b>3 599 041</b>

O valor do ativo por imposto corrente compreende o valor das retenções na fonte relativo as retenções de 20% sobre os rendimentos obtidos das aplicações à prazo, e do pagamento fracionado de 2021 que será deduzido no cálculo do imposto.

O valor referente aos passivos por impostos correntes compreende ao cálculo do imposto do exercício de 2021. O rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22%.

**NOTA 8 – Devedores e outras aplicações**

A rubrica “Devedores e outras aplicações” em 31 de dezembro de 2021, apresenta a seguinte composição:

<b>Devedores e outras aplicações</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Devedores diversos	19 283 298	5 868 115
	<b>19 283 298</b>	<b>5 868 115</b>

Esta rubrica apresenta a conta devedores diversos que contempla o serviço da auditoria, consultoria do banco mundial, renda do edifício BAI CV e as comissões das garantias prestadas por receber.

**NOTA 9 – Despesas com encargo diferido**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<b>Despesas com encargo diferido</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Encargos diferidos	67 823	64 948
	<b>67 823</b>	<b>64 948</b>

**NOTA 10 – Rendimentos a receber**

A rubrica “Rendimentos a receber” em 31 de dezembro de 2021, apresenta a seguinte composição:

<b>Rendimentos a receber</b>	<b>2 021</b>	<b>2 020</b>
<b>Juros de aplicações em instituições financeiras</b>		
<b>Depósitos à prazo</b>		
Banco Cabo verdiano de Negócio (BCN)	-	999 163
Banco Angolano de Investimento (BAI)	5 582 045	1 448 300
International Investment Bank (IIB)	8 976 167	9 717 417
Ecobank	-	35 745
Obrigações	1 516 833	425 423
Título de Tesouro	8 459 053	-
	<b>24 534 098</b>	<b>12 626 048</b>

**NOTA 11 – Outros ativos**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<b>Outros ativos</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Outros ativos	8 870 534	-
	<b>8 870 534</b>	-

Esta rubrica apresenta acréscimos referente as comissões das garantias ecossistema, no montante de 8.870.534 CVE.

**NOTA 12 – Outros passivos**

Esta rúbrica apresenta a seguinte composição:

		<b>2021</b>	<b>2020</b>
Credores e outros recursos	(1)	570 475 691	3 245 325
Passivos por impostos correntes	(2)	3 598 833	3 599 041
Provisões	(3)	9 247 477	1 601 405
Receitas com rendimento diferido	(4)	339 745	566 173
Outros passivos	(5)	966 465	-
		<b>584 628 211</b>	<b>9 011 944</b>

- (1) O valor de 570.475.691 CVE corresponde ao total das contas 5178 – Outros credores e 5179 – Credores por acréscimos de gastos. Correspondem a montantes respeitantes ao exercício de 2021, mas que só serão pagos em 2021.
- (2) O valor de 3.598.833 CVE respeita aos impostos correntes (IRPC) a serem pagos em 2022, calculados sobre os resultados. A taxa aplicada é de 22% sobre o lucro tributável, acrescido duma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado.
- (3) O montante 9.247.477 CVE corresponde ao valor calculado de riscos sobre garantias concedidas (conta 474005). As provisões correspondem aos valores da perda esperada do saldo vivo da carteira ou garantias emitidas.

Probabilidade de Incumprimento	Nº de Operações	Saldo Vivo	Nº de Operações em atraso	Probabilidade de Incumprimento	Perda Esperada
CECV	625	496 806 783	215	156 642 070	2 891 946
BCA	504	1 051 123 605	14	26 237 434	53 226
BI	101	396 248 452	21	26 932 845	297 875
BAICV	90	429 119 855	4	31 879 745	3 116 469
BCN	50	324 839 339	2	4 158 112	26 218
IIB	14	51 266 911	1	1 227 723	779 072
Ecobank	15	147 574 882	1	2 269 301	0
Garantia Seguros	4	42 124 789	1	24 229 480	1 555 472
Fami-Picos	1	527 200	1	527 200	527 200
	<b>1 404</b>	<b>2 939 631 815</b>	<b>260</b>	<b>274 103 910</b>	<b>9 247 478</b>



Garantias Emitidas				
Linha COVID-19		Contragarantia do Estado	Protocolo Bilateral	Tansitadas Ecosistema
C-19	FME			
CVE	CVE	CVE	CVE	CVE
2 155 179 403	256 732 524	2 992 632 038	328 100 884	580 720 111

- (4) O montante de 339.745 CVE diz respeito a rendimentos a ser reconhecidos durante a vida útil de ativos fixos tangíveis, adquiridos com subsídio do Banco Mundial.
- (5) O valor de 966.465 se refere as comissões do ecossistema ainda não faturados.

### NOTA 13 – Capital

Em 31 de Dezembro de 2021 o capital da PRÓGARANTE estava representado, conforme apresentado abaixo:

<i>Capital</i>	2021	2020
Capital	966 413 798	966 413 798
Reserva legal e resultados transitados	15 477 717	53 669
Outros instrumentos de capital	28 440 900	-
Resultado Líquido do Exercício	34 662 593	15 424 048
	<b>1 044 995 008</b>	<b>981 891 515</b>

O capital inicial da PRÓGARANTE é de 1.000.000.000 CVE (mil milhões de escudos Cabo-Verdianos) dividido em 1.000.000 (um milhão) de ações, com valor nominal de 1.000 (mil escudos) cada. Encontra-se integralmente subscrito e realizado parcialmente em dinheiro pelo detentor de todas as ações (Estado) mantendo-se, a tempo todo, como seu maior acionista.

Em novembro de 2021 a PRÓGARANTE recebeu um fundo conta garantia para o programa lavanta no montante de 28.440.900 CVE, que é um fundo financiado pelo mecanismo de Financiamento Rápido RFF do PNUD no âmbito do INFF (Integrated National Finance Framework) que tem como objetivo proporcionar alavancagem de financiamento junto da banca comercial de projetos inovadores liderados por jovens e mulheres.

19

**NOTA 14 – Resultado líquido do exercício**

Em 31 de Dezembro de 2021, as rúbricas de resultado líquido do exercício tinham a seguinte composição:

	2021	2020
Resultado Líquido do exercício	34 662 593	15 424 048
	<b>34 662 593</b>	<b>15 424 048</b>

Após balanceamento dos custos e rendimentos, teve-se o resultado antes do imposto, efetuado os acréscimos e deduções, apurou-se o resultado líquido do exercício. O resultado líquido apurado no exercício de 2021 foi de 34.662.593 CVE, apresentando relativamente ao período homólogo um acréscimo de 14.631.481 CVE (+125%)

**NOTA 15 – Juros e rendimentos Similares**

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Juros e rendimentos similares	36 328 083	20 439 820
	<b>36 328 083</b>	<b>20 439 820</b>

Em 31 de dezembro de 2021 os valores apresentados na rubrica de juros e rendimentos similares representam os juros relativos as aplicações efetuadas em instituições de créditos no país, com prazos mais longos e beneficiando de taxas mais atrativas, registando um aumento em termos absoluto de 15.888.263 (78%).

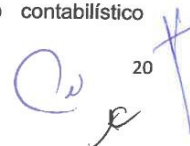
**NOTA 16 – Outras comissões recebidas**

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

Outras comissões recebidas	2021	2020
Por garantias		
Garantias	29 228 007	6 611 286
	<b>29 228 007</b>	<b>6 611 286</b>

As comissões calculadas numa base anual, consideram-se devidas imediatamente após a prestação do serviço de garantia parcial. Como tal, o reconhecimento do rédito é feito na íntegra após a prestação do serviço, no período contabilístico correspondente.

20



**NOTA 17 – Outros rendimentos e receitas operacionais**

A rúbrica de outros rendimentos e receitas operacionais apresentam em detalhe o seguinte:

<b>Outros rendimentos e receitas operacionais</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Outros ganhos e rendimentos operacionais		
Subsídio do Banco Mundial	27 160 431	26 946 168
Outros proveitos	-	1 999
Correções relativas a períodos anteriores	4 138	1 126 200
	<b>27 164 569</b>	<b>28 074 367</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Subsídio do Banco mundial” reflete os valores dos custos suportados pela PRÓGARANTE com rendas, honorários de consultoria, remuneração do pessoal (financeiro, comercial e de risco) imputados a UGPE (Unidade de gestão de projetos especiais) financiado pelo subsídio do banco mundial.

**NOTA 18 – Gastos com pessoal**

A tabela abaixo apresenta os gastos com os órgãos de gestão da PRÓGARANTE:

<b>Gastos com pessoal</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Remunerações dos órgãos de Gestão e de Fiscalização</b>		
Salários dos administradores	8 175 120	2 096 659
	<b>8 175 120</b>	<b>2 096 659</b>

Os gastos com pessoal referem-se aos gastos com remunerações dos membros do conselho da administração da PRÓGARANTE e das componentes variáveis a que tem direito segundo a classificação das remunerações das empresas do sector público empresarial (nos termos do nº 7 do artigo 27º do Decreto-lei nº 6/2010 de março).

**NOTA 19 – Gastos gerais administrativos**

A rubrica de gastos gerais administrativos apresenta em detalhe o seguinte:

<b>Gastos gerais administrativos</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Água, energia e combustíveis	716 132	516 868
Impressos e material de consumo corrente	84 050	136 026
Material de higiene e limpeza	115 586	33 364
Equipamento de baixo valor	51 900	-
Outros fornecimento de terceiros	53 871	60 367
Renda de escritório	2 480 736	2 582 736
Aluguer de estacionamento privado	46 122	46 076
Comunicação e despesas de expediente	3 033 804	108 718
Conservação e reparação	11 483	-
Deslocação e estadas e representação	1 107 391	109 654
Publicidade	408 853	27 501
Serviço de Consultoria	24 453 267	23 029 494
Serviço de Contabilidade	1 209 800	1 507 900
Serviço de Auditoria	843 000	843 000
Serviço de Assessoria	48 300	295 000
Serviço de Assessoria Jurídica	776 472	590 589
Assessoria em comunicação	120 750	-
Serviço de informática	70 845	-
Outros	329 812	705 886
Serviço de contencioso e notariado	400	23 004
Seguros	80 520	21 248
Outros serviços especializados	45 939	335 623
Correções dos anos anteriores	119 679	925 084
	<b>36 208 712</b>	<b>31 898 138</b>

Quanto aos gastos gerais administrativos apresenta em 31 de dezembro de 2021 um valor de 36.208.712 CVE, registando um aumento de 14%, comparado com o ano de 2020, que apresentava um saldo de 31.898.138 CVE, devido ao aumento nas rubricas de água, energia e combustíveis, material de escritório, material de higiene e limpeza, serviço consultoria e assessoria jurídica, com destaque na rubrica de comunicação e despesas de expediente que contempla as despesas bancárias.

**NOTA 20 – Eventos subsequentes**

Não existem eventos subsequentes dignos de registo.

Praia, 28 de março de 2022.

**Presidente do conselho de Administração**



/ Pedro Mendes de Barros /



/ Andres Rodolfo Bernal Espinosa /

**Administradora não executivo**



/Antónia Maria Resende Cardoso /

**Técnico de Contas,**



/ Éder Patrick Cardoso Lisboa /

Cédula Profissional nº 483

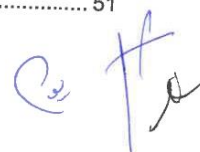
/ NIF: 109457927 /

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**RELATÓRIO E CONTAS**  
**PRÓ-GARANTE**  
**2021**

## Conteúdo

I. Órgãos Sociais .....	3
II. Relatório do Conselho de Administração .....	4
1. Evolução das Atividades, Desempenho e Situação Financeira.....	6
2.1. Evolução das Atividades e Desempenho .....	7
c) Risco Operacional (Tecnológico e Legal).....	20
d) Risco de liquidez.....	21
2.2. Análise Económica e Financeira.....	23
2.3. Aprendizagem/Oportunidades de Melhoria, Principais Desafios e Projeções Futuras.....	25
III. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais .....	27
IV. Honorários do Auditor Externo.....	27
V. Descrição das operações com partes relacionadas.....	27
VI. Proposta Aplicação de Resultados .....	27
VII. Demonstrações Financeiras .....	28
VIII. RELATORIO DE AUDITOR EXTERNO .....	51





## I. Órgãos Sociais

A PRÓ-GARANTE, Sociedade de Garantia Parcial de Crédito, SA, foi constituída juridicamente a 15 de junho de 2018 por Decreto-lei n.º 32/2018, iniciou a sua atividade com a nomeação definitiva dos órgãos de Gestão da Pró Garante, junto do BCV em 20/06/2019, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 13.º do Estatuto de Gestor Público aprovado pelo Decreto-lei n.º 06/2010, de 22 de março, conjugados com as disposições da alínea b) n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos da Pro-Garante.

Constituem os Órgãos Sociais da Pró-Garante:

- **Mesa da Assembleia Geral:**

➤ Presidente: Patrick Barreto Lopes

➤ Secretário: Júlio Fortes

**Fiscal Único:**

➤ Fiscal Único: Abílio Rogério Rocha

➤ Suplente: Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes

- **Conselho de Administração:**

➤ Presidente: Pedro Mendes Barros

➤ Administrador Executivo: Andrés Rodolfo Bernal Espinosa

➤ Administradora Não Executivo: Antónia Maria Resende Cardoso

➤ Administradora Suplente: Lígia Piedade Pinto



## II. Relatório do Conselho de Administração

### 1. Resume Executivo

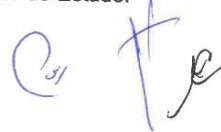
A PRÓ - GARANTE – Sociedade de Garantia Parcial de Crédito, S.A, concluiu em 2021 o seu terceiro ano consecutivo de atividade, sendo o primeiro ano dedicado à conceção e implementação do seu modelo, sistemas, processos e meios, o segundo e terceiro anos, afetados pela pandemia da Covid-19, que marcou profundamente a sociedade e a atividade económica, tanto em Cabo Verde como no resto do mundo.

Neste contexto, a Pró-Garante, ao longo do ano 2021, continuou a desempenhar a sua atividade com base nas políticas públicas definidas, contribuindo para mitigação dos efeitos da queda repentina da atividade económica iniciada finais de 2019, através da prestação de garantias financeiras no âmbito das Linhas de Crédito específicas, de apoio à normalização da atividade empresarial e à tesouraria das empresas, recentemente mais focada nas empresas de menor dimensão, ou seja, nas microempresas.

De facto, no âmbito das linhas COVID-19, em 2021 a Pro-Garante prestou garantias a 820 microempresas, correspondente a 45% do total das empresas garantidas, desde a sua criação, garantias estas prestadas no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Microempresas (FME), que constituíram um valioso instrumento de acesso ao crédito para essas empresas, numa fase particularmente sensível para a economia nacional.

Relativamente ao acesso ao crédito, convém ressaltar que a primeira análise, evidencia que aproximadamente 70% das microempresas atendidas pelo programa FME, abriram, pela primeira vez, uma conta no banco, um bom incremento adicional para programa.

Por fim, o modelo concebido para o programa de FME suscitou também o interesse das Nações Unidas, que constituiu um fundo de contragarantia de 300 mil dólares americanos para realizar um programa similar, focado essencialmente em jovens e mulheres, ou seja, inovações como estas, realizadas coordenadamente por duas instituições da casa do empreendedor, permitiu mobilizar fundos de contragarantias diferente do Estado.



Os resultados positivos alcançados em 2021 derivam sobretudo do fato de a Pró-Garante ter atingido plenamente todos os seus objetivos, ultrapassando todas as metas estabelecidas no plano de negócio.

Neste sentido, ressalta-se que, pelo terceiro ano consecutivo, a Pró-Garante regista lucro, o que significa que, durante as fases de conceção, implementação e arranque das atividades, não provocou quaisquer custos para o Estado de Cabo Verde.

Os resultados, também evidenciam o impacto da atividade da Pró-Garante para a economia do País. Com efeito, quando se observam os indicadores de desempenho, montante dos créditos garantidos sobre o PIB, e número de empresas garantidas sobre total de empresas, indicadores utilizados na indústria das garantias, é possível assinalar que são equiparados aos melhores sistemas de garantia do mundo.

Os resultados obtidos mostram ainda que a Pró-Garante encontra-se plenamente operacional, a trabalhar em parceria com todos os bancos comerciais da praça e uma das seguradoras do país, e tem emitido garantias para todos os setores de atividades, em todas as ilhas do país, variáveis que o Conselho de Administração considera essências para a sustentabilidade de uma sociedade de garantias a longo prazo.

Relativamente aos aspetos operacionais, a Pró-Garante tem identificado e implementado as ações de melhoria, especificamente atualizando e aprimorando os seus procedimentos administrativos financeiros e de controlo interno, recomendados pelos relatórios da auditoria externa e do fiscal único, bem como os da equipa técnica do Banco Mundial, realizadas no decorrer da missão a meio percurso.

Nesse sentido, o desenvolvimento do projeto de automatização de todos os processos (incluindo os processos de gestão de risco), previsto para o ano 2022, deverá constituir a chave para a concretização das oportunidades de melhoria identificadas anteriormente.

No que toca aos aspetos operacionais, a Pró-Garante pretende promover a melhoria da produtividade, ou eficiência, reconhecendo que, nesse âmbito ainda há espaço para se avançar, em termos de tecnologia.

Em relação aos desafios futuros, a Pró-Garante identifica:

- A participação da Instituição no programa de retoma proposto pelo Ministério das Finanças;
- A implementação do modelo individual, para atender às médias e grandes empresas;
- Elaboração de um novo plano estratégico, aquando da finalização do atual projeto de criação da Pró-Garante, com financiamento do banco Mundial, que terá o seu término em janeiro de 2023.
- Estruturação de um sistema de transferência de riscos, diferente do atual, de contragarantias do Estado, para manter o crescimento das colocações com um elevado grau de solvência. Importa considerar a possibilidade se aprofundar a experiência das Nações Unidas com o programa "Lavanta".

Quanto as projeções, o ano 2022, continuará a ser um ano de incertezas, para a Pró-Garante, face ao imprevisível comportamento dos créditos garantidos após a finalização das moratórias<sup>1</sup>, e os efeitos da guerra de Ucrânia, que começam a gerar os primeiros indícios com o aumento generalizado dos preços no mundo, e coerentemente, de forma específica, em Cabo Verde.

A gestão do acompanhamento e estruturação dos modelos de transferência de riscos (modelos de contragarantias), nesse sentido, será determinante, aliada à continuidade da política de prudência da Pró-Garante, alavancagem e liquidez.

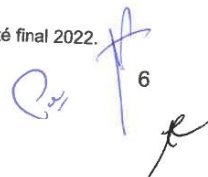
Contudo, prevê-se que a Pró-Garante continue a evoluir em todos os domínios da sua gestão.

#### **1. Evolução das Atividades, Desempenho e Situação Financeira**

No âmbito de cumprimento dos preceitos legais e estatutários, o Conselho de Administração da Pro-Garante, apresenta o Relatório e Contas referente ao ano de 2021, que evidencia o desenvolvimento das suas atividades, seu desempenho e a sua situação financeira.

<sup>1</sup> Os créditos relacionados com o setor turismo e conexos vão continuar com a moratória até final 2022.

6



De igual modo pretende evidenciar as aprendizagens geradas, as oportunidades de melhoria assumidas, bem como os principais riscos e incertezas com que se defronta.

Para finalizar, o relatório faz referência a questões ambientais e sociais, e as questões relativas ao quadro de pessoal da sociedade.

Assim, esta seção está estruturada em três subseções, sendo a primeira relativa à análise da atividade e desempenho, a segunda à análise financeira e a terceira às aprendizagens/oportunidades de melhoria, os principais desafios e as projeções futuras.

Entre as subseções, acima mencionados, desenvolvem-se, entre outros, os seguintes tópicos:

- Evolução do mercado;
- Objetivos e políticas da Pró-Garante, no âmbito da gestão riscos;
- Principais atividades do ano 2021, resultados e impactos;
- Análise Económica e Financeira da Sociedade;
- Questões relativas ao Staff da Sociedade;
- Gestão ambiental e social;
- Evolução previsível da sociedade.

## **2.1. Evolução das Atividades e Desempenho**

### **Contexto<sup>2</sup>**

Entre 2016 e 2019, período que precede a pandemia da COVID-19, Cabo Verde apresentava um crescimento económico médio de 4,7%, liderado pelo setor do turismo, suportado por condições económicas robustas na Europa e um crescimento dos serviços.

Um dos principais efeitos do crescimento terá sido o declínio da pobreza, de 24,5%, em 2015, para 11,5% em 2019.

Com a crise sanitária COVID 19, registou-se uma grande queda da economia mundial, e cabo-verdiana durante o ano 2020, face à paralisação do setor turístico, que levou a redução

<sup>2</sup> Fonte: Notas e documentos do BCV e Banco Mundial

7

do PIB, no País, em 14,8% em 2020, a maior redução registada, considerada uma das maiores de África.

Considerando que o país depende essencialmente do turismo, sector que representa aproximadamente 25% do PIB, e movimenta quase 40% de toda a atividade económica, e tendo em conta que esse setor sofreu uma redução de 71%, conseqüentemente a crise sanitária vem reverter o progresso alcançado em 2015, da redução da pobreza.

Outra conseqüência terá sido o aumento da dívida global, de 1,8% em 2019 para 8,9% em 2020, alavancada principalmente pelo impacto da crise na receita fiscal.

No ano 2021, verificaram-se alguns indícios favoráveis, que prevê que o ano 2022 será o ano da retoma.

Com efeito, em dezembro de 2021, cumprido o plano de vacinação com 80% da população vacinada, a Pandemia parecia estar mais controlada, e os sinais de perigo reduzidos comparativamente ao observado ao longo do ano 2020. Conseqüentemente, as atividades turísticas começaram a registar maior fluxo e a economia registou evolução positiva do PIB, não obstante alguma pressão inflacionária, resultante das conseqüências da cadeia de distribuição do lado da oferta e das políticas expansivas do lado da procura.

No entanto, o surgimento da guerra na Ucrânia poderá de novo afetar negativamente a nossa economia, concretamente levar a uma estagflação (aumento generalizado dos preços), com conseqüências significativas para Cabo Verde, com a sua capacidade financeira reduzida devido ao imenso esforço fiscal realizado no período 2020-2021.

Por conseguinte, novamente, a Pró-Garante poderá viver um ano de incertezas, e incorrer em resultados financeiros menores, decorrentes de maiores custos por risco, porque a sua gestão de custos operacionais está a ser efetiva e, a manutenção do seu "pricing" pelas garantias emitidas que irá continuar em 0,5% visando taxas finais mais baixas às empresas nos créditos.

#### **Atividades e Desempenho**

Toda a gestão desenvolvida pela Pró-Garante deverá de ser entendida no quadro descrito na seção anterior. Assim, a Pró-Garante continua focada e alinhada com as estratégias

8



governamentais de apoio às empresas, a fim de mitigar os impactos da crise no mercado de trabalho, e fazer face às exigências do mercado e da sociedade civil, desta feita com maior ênfase nas empresas de menor dimensão.

Especificamente, o plano de negócio de 2021 manteve como uma das diretrizes, a linha de apoio COVID-19, com ênfase nas microempresas e, portanto, conceber um programa de apoio específico para os micro empreendedores.

De igual modo a Pró-Garante comprometeu-se em 2021 a prosseguir a consolidação do seu modelo de negócio, testando os modelos, os sistemas e processos, com vista a gerar aprendizagens, e essencialmente, gerar conhecimento dos riscos reais com base no comportamento da carteira garantida. De igual modo, comprometeu-se a avançar na consolidação do seu órgão de gestão e do seu staff.

Por conseguinte, a Pro-Garante prossegue o objetivo estratégico proposto em 2019, de manutenção de empregos<sup>3</sup>, mediante apoio financeiro às empresas, que implica a redefinição de o seu apetite por risco, criação de modelos de contragarantias para prevenir eventuais riscos mais significativos, e, coerentemente a alavancagem menor face à definida na política<sup>4</sup>, para manter elevados padrões de liquidez, entre outros.

Portanto, a maioria das atividades da Pró-Garante em 2021 foi orientada para o desenho e implementação de novos produtos, para os processos, com vista a assegurar fluxos financeiros para as microempresas, para manutenção dos produtos da linha COVID-19 e para as atividades inerentes à sistematização dos modelos, sistemas e processos para gerar as lições e aprendizagens necessárias para realização e ajustes correspondentes em todos os níveis.

Foi, entretanto, novamente adiada, e transitada para o plano 2022, a integração da Pró-Garante nas redes internacionais de sistemas de contragarantias, estabelecidas no plano 2021.

A atividade da Pró-Garante, de 2021, revelou-se satisfatória por ter conseguido mobilizar aproximadamente 2.500 milhões de CVE, em créditos para empresas, o que permitiu atingir

<sup>3</sup> No ano 2020 o Governo de Cabo Verde e o Banco Mundial assinaram uma alteração dos contratos para definir os novos alvos estratégicos

<sup>4</sup> Então menor que 5

9



uma carteira, ou saldo vivo, de 2.939.631.81,5 e aproximadamente 5.500 milhões em créditos mobilizados de junho de 2020 até o final do ano 2021.

Face ao um resultado final positivo, pelo terceiro ano consecutivo, a Pró-Garante assegura ter atingido todos os objetivos de conceção de modelos, sistemas, processos e procedimentos, que impulsionaram o arranque efetivo das atividades da Empresa, o que traduz-se em enormes benefícios para o Estado de Cabo Verde.

O mapa seguinte, evidencia um conjunto de indicadores que medem o desempenho da Pró-Garante no ano 2021:

Quadro de Gestão			
Estratégicos		dez-20	dez-21
Escopo	Saldo Vivo Crédito Garantido/ PIB	1,25%	1,70%
	Número de Empresas Garantidas / Total de Empresas	4,97%	13,51%
	Número de Empregos de Empresas Garantidas / Total de Empregos	5,85%	8,26%
Sustentabilidade Financeira	Receitas Operacionais / Custo Operacionais	0,80	1,40
ROE	Lucro final após de Impostos / Capital	1,60%	2,86%
Alavancagem	Saldo Vivo Garantias Concedidas / Capital	2,14	2,81
Táticos		dez-20	Mês Atual
Eficiência	Custo Total/Número de Empresas Atendidas	65 881	49 317
	Custo total/ montante de garantias concedidas	1,65%	3,30%
	Custo total/montante de créditos mobilizados	1,07%	1,97%
	Número de Empresas(vigentes)/ Total Pessoal	51,6	127,6
	Lucro final antes de impostos	18 949 451	38 261 426
	Custos por Risco / Saldo Vivo garantias Concedidas	0,08%	0,31%
Qualidade de Serviço		dez-20	Mês Atual
Reclamações	Número de Reclamações das Empresas	0	0
Relatorios	Número reclamações por não conformidade nas datas do envio de relatórios aos Staholders	0	3

Os indicadores de desempenho confirmam que a Pró-Garante constitui um instrumento financeiro importante para enfrentar a crise económica, de uma forma eficaz e eficiente e, também, que continua o seu caminho de consolidação no mercado financeiro, apesar de ser uma empresa nova, com apenas dois anos de atividades.

Importa ainda destacar que os indicadores estratégicos de desempenho da Pró-Garante são positivos, quer a nível nacional quer equiparado aos indicadores da maioria dos sistemas de garantia no mundo, especialmente com os indicadores dos sistemas europeus e americanos,



que funcionam há muitas décadas, como é possível constatar através da literatura especializada.

Relativamente aos indicadores estratégicos, importa destacar o elevado número de empresas que beneficiaram das garantias da Pró-Garante, a sustentabilidade financeira<sup>5</sup> e, a conclusão de que todas evidenciam uma evolução satisfatória.

O indicador de eficiência, custo total vs montante de garantias concedidas, regista um aumento face ao ano de 2020, não obstante o indicador custo total vs montante de créditos garantido, enquanto o indicador custo total vs número de empresas atendidas, diminuiu em relação ao ano anterior. A evolução destes indicadores explica-se pelo foco da Pró-Garante no atendimento das microempresas, aumentou o número das empresas atendidas, embora tenha diminuído a média dos montantes garantidos.

A Pró-Garante considera que a eficiência é essencial e o seu alvo permanente, pelo que ao longo de 2022 será desenvolvido um projeto de automatização, que irá envolver todos os seus processos (incluindo os processos de gestão de riscos), melhorar os indicadores de eficiência e mitigar de melhor forma os seus riscos operacionais<sup>6</sup>.

O custo por riscos afeta apenas uma pequena parte do seu capital, por ter conseguido estruturar a maior parte da carteira, 87,7%, com contragarantias de estado e com o fundo líquido das Nações Unidas, fazendo com que a essa carteira tenha risco soberano e risco transferido para o fundo líquido (fundo líquido que não é nem será alavancado), que significa que a perda esperada – conforme Basileia - é muito baixa porque as recuperações são consideradas muito elevadas.

Contudo, o custo por risco, será objeto de uma análise apurada mais à frente, decorrente dos resultados da gestão de riscos da Pró-Garante.

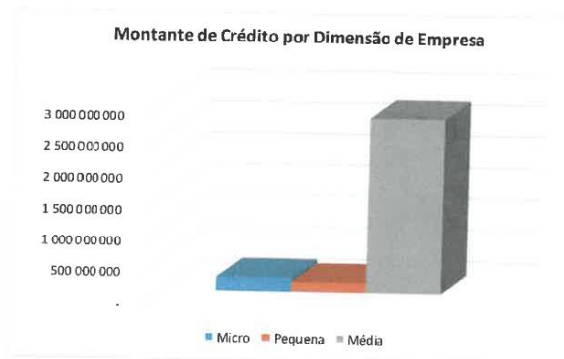
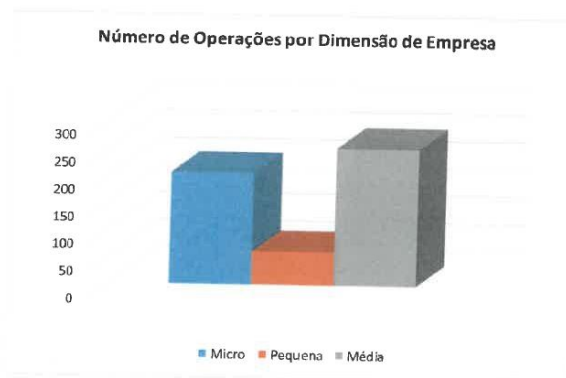
Em 2021 foram registadas três reclamações relacionadas com três "stakeholders", correspondentes à não disponibilização de relatórios correspondentes, ou inexistência de

<sup>5</sup> O cálculo deste indicador não considera os subsídios do projeto do Banco Mundial, mas considera-se os custos da assistência técnica associada ao projeto.

<sup>6</sup> Durante o ano 2022 não foram registados quaisquer eventos que afetassem o padrão de resposta (72 horas úteis) ou a continuidade do negócio, não foram detetados fraudes ou outros eventos operacionais que tivessem impacto financeiro negativo, mas, a Pró-Garante está consciente que isso não pode colocar em causa o seu plano para elevar, de maneira contínua, os padrões dos seus mitigadores para os riscos operacionais.

informação<sup>7</sup>. Analisados cada um dos eventos, a Pró-Garante reforçou os seus controlos de modo a poder eliminar completamente o número de reclamações no ano 2022. Com a implementação da Plataforma Digital em 2022, o risco será mitigado, uma vez que os relatórios passarão a ser gerados automaticamente para os diferentes "stakeholders", através do site da Pró-Garante.

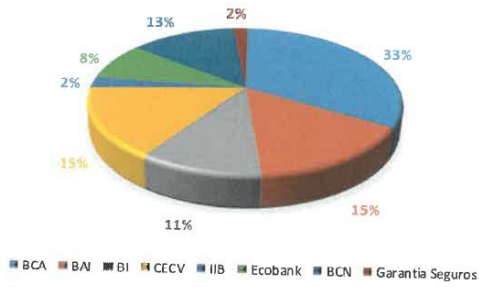
Os mapas seguintes evidenciam os resultados obtidos pela atividade comercial da Pró-Garante, relativo às colocações por dimensão de empresas, setor de atividade, Ilhas e quotas por banco.



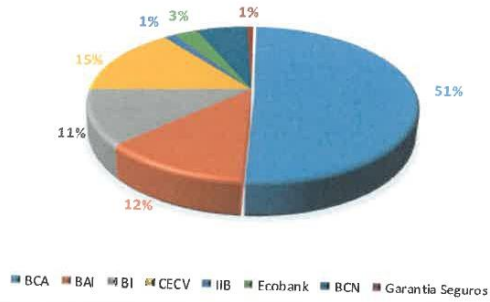
<sup>7</sup> Duas queixas pelas datas de entrega e uma reclamação pela informação do relatório

*[Handwritten signature]*

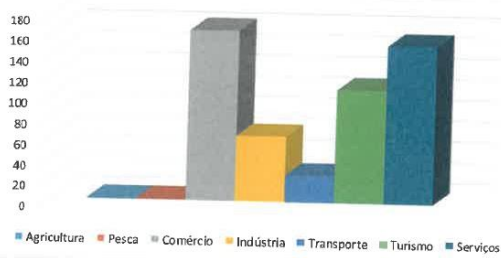
**QUOTADE MERCADO POR MONTANTE DE CRÉDITO GARANTIDO**



**QUOTA DE MERCADO POR NÚMERO DE OPERAÇÕES**

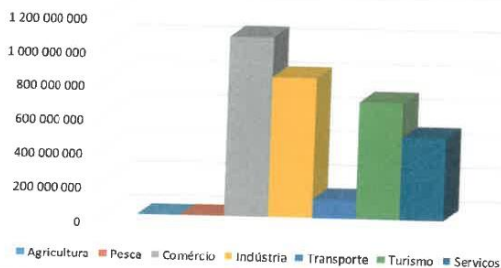


**Número de Operações por Atividade Económica**

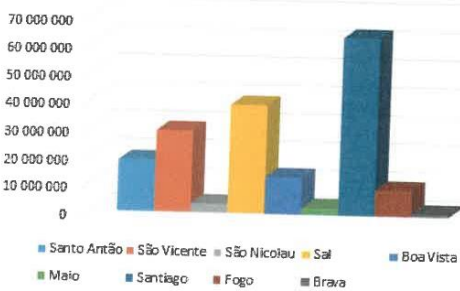


*Handwritten signature or initials in blue ink.*

**Montante de Crédito Garantido por Atividade Económica**



**Montante de Crédito Garantido a Micro Empresas por Ilha**



**Montante de Crédito Garantido a Pequenas Empresas por Ilha**



*Car. f. e*

Pelas estatísticas acima evidenciadas, foi possível confirmar que a Pró-Garante já é um instrumento importante para o ecossistema financeiro cabo-verdiano, com cobertura nacional, e que atende todos os setores de atividade económica, incluindo as “start-up”.

Por fim, em relação ao mercado do trabalho, é interessante sublinhar que a Pró-Garante conseguiu alcançar um universo de empregos<sup>8</sup>, ou seja, atingiu 8,3% do emprego do país.

Os resultados alcançados em 2021 reafirmam a consolidação no mercado, pela Pró-Garante, entre os diversos instrumentos disponibilizados pelo Governo de Cabo Verde, para fazer face a crise económica resultante da pandemia COVID-19, conseguindo atingir, de maneira satisfatória, o alvo pretendido em 2021.

Outra atividade importante desenvolvida foi a negociação com os bancos parceiros, ao abrigo do protocolo de Ecossistema de Financiamento à Economia, relativamente à transferência das operações a serem geridas pela Pró-Garante. Todos os bancos, assinaram os correspondentes protocolos de transferência conjuntamente com a Direção Geral do Tesouro e a Pró-Garante<sup>9</sup>.

É possível concluir que a Pró-Garante enraizou-se no sistema financeiro de Cabo Verde, assente nas suas declarações estratégicas (credibilidade, integridade, transparência, comprometimento, representatividade), cientes que a parceria tem sido o fator de sucesso na mobilização dos créditos para as micros, pequenas e médias empresas, de acordo com as mesmas.

Além do protocolo geral com todos os bancos da praça, para as linhas COVID-19, a Pró-Garante negociou protocolos bilaterais, com todos os demais bancos que em 2021 ainda não estavam envolvidos nesse modelo de negócios, nomeadamente com o Banco BCA, Ecobank e BI, com resultados positivos, assegurando outras modalidades de financiamento para as micros, pequenas e médias empresas.

Em resumo, o Conselho de Administração concluiu que os modelos, sistemas e processos implementados corresponderam adequadamente aos objetivos, sendo que, todas as metas definidas foram atingidas, e até ultrapassadas, e identificadas oportunidades de melhoria o

<sup>8</sup> Para obter a meta de emprego, foram utilizados os dados da INE do ano 2020

<sup>9</sup> A assinatura do Protocolo de Transferência com a CECV será realizada em 2022

que, mais uma vez, constitui um claro indício da afirmação da Pro-Garante, como um parceiro do ecossistema financeiro de Cabo Verde.

### **Risco**

Pro-Garante entende a gestão dos riscos, como um conceito sistémico e um processo estratégico, que deve ser assumido e realizado por toda a empresa, no sentido de identificar, medir e estabelecer mitigadores, processos de monitorização, processos de controlo e processos de avaliação periódica dos riscos inerentes associados à atividade da empresa, a fim de verificar se os riscos reais estão alinhados com o apetite por risco definido pela empresa.

O Conselho de Administração, consciente de que, tratar-se de uma instituição financeira regulamentada, em que os seus produtos de garantia são considerados como mitigantes de risco, de acordo com Basileia, definiu um modelo abrangente de gestão de risco, de acordo com a dimensão e as características-chave do seu negócio e produtos, conforme os seus recursos disponíveis, baseado nos tipos de risco, geralmente definidos pelos padrões internacionais para os esquemas de garantia, nomeadamente:

#### **a) Risco de Mercado**

A Pró-Garante define como Risco de mercado, a perda potencial decorrente das alterações nos fatores de risco que afetam a avaliação das posições do ativo, passivo ou passivo contingente, tais como, taxas de juro, índice de preços, entre outros.

Para o caso dos ativos financeiros, a Pró-Garante definiu, como política, realizar investimentos apenas em renda fixa. Atualmente, a totalidade das aplicações encontra-se em depósitos a prazo e em obrigações do tesouro. Ou seja, o risco da Pró-Garante é praticamente risco soberano.

Por fim, os passivos contingentes, pelas coberturas sobre o capital dos créditos garantidos produto das suas garantias emitidas (COVID-19, FME, Ecossistema e Protocolos Bilaterais) são em escudos cabo-verdianos.



Assim, o parecer do Conselho de Administração da Pró-Garante, é que, o risco de mercado pode ser definido como baixo e de acordo as políticas definidas.

#### **b) Risco de Garantias**

A Pró-Garante define como risco de garantias, a possibilidade de perda resultante do incumprimento de créditos garantidos. Concretamente, do incumprimento de obrigações contratuais das empresas garantidas para com as instituições financeiras.

Para uma apropriada gestão do risco de garantia, e conforme aos padrões das boas práticas e regras do Banco do Cabo Verde, o Conselho da Administração deliberou que o apetite por risco deve ser superior ao risco do sistema financeiro, para apoiar o acesso ao financiamento. O apetite por risco, fica definido no plano de negócio e no plano das atividades e orçamento anual.

Como a Pró-Garante adota o modelo de carteira, o seu modelo de gestão de riscos define, como principais mitigadores nas suas políticas:

- Acompanhamento perto da carteira Garantida, mediante modelos internos de classificação dos créditos garantidos, baseados na Basileia II;
- Ferramentas de “*stop loss*” com as instituições financeiras, baseados em probabilidades de incumprimento calculadas pelos modelos de classificação internos. Atualmente, a política define que não devem de ser emitidas de novas garantias, às instituições financeiras com probabilidade de incumprimento maior a 20%.
- Modelos de transferência de riscos, estruturados como contragarantias. Atualmente, toda a carteira dos créditos garantidos para apoio a empresa, ao abrigo dos protocolos COVID-19, FME e Transferência das Garantias, concedidas sob protocolo de ecossistema, tem formalmente constituídas contragarantias do estado. Além disso, a Pró-Garante tem uma contragarantia líquida, constituída pelas Nações Unidas, para o programa “*Lavanta*”.

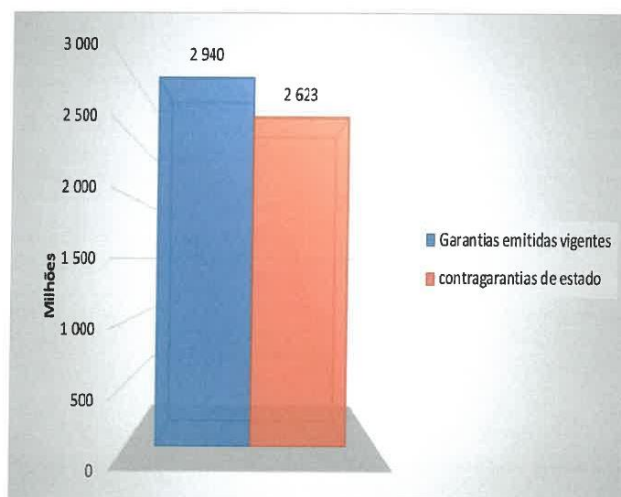
A estrutura de carteira de garantias e contragarantias, até final do ano 2021, produto da gestão de riscos da Pró-Garante, evidencia-se no mapa e gráfico a seguir<sup>10</sup>:

---

<sup>10</sup> Ver o relatório da auditoria externa, na página sobre revelações da nota das provisões.

Garantias Emitidas Vigentes em ECV					Total Garantias Vigentes em ECV	
Linha COVID-19		Tansitadas Ecosystema	Total	Contragarantia do estado para linhas COVID-19 e transitadas ecosystema		Protocolo Bilateral
C-19	FME					
1 926 368 850	235 222 058	461 583 611	2 623 174 519	2 623 174 519	316 457 295	
					2 939 631 815	

É possível observar que um 89,2% da totalidade da carteira garantida pela Pró-Garante está coberta por contragarantias do estado, que significa que a mesma percentagem da carteira tem risco soberano. Assim, conforme as regras prudenciais, tem associado um valor de recuperação igual a 1, e conforme Basileia II, perda esperada igual a zero.



Q3, 18



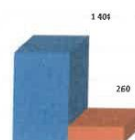


Os riscos da carteira estruturada pela Pró-Garante, conforme o modelo de contragarantias concebido e assinalado acima, explicam a diferença entre o risco de incumprimento da carteira<sup>11</sup>, 274 milhões ou 9,3%, e a sua perda esperada, 9 milhões ou 0,3%, de acordo com o gráfico. Logo, como aproximadamente 90% da carteira garantida está coberta por contragarantias do estado, e a sua perda esperada é 0, (zero), o impacto positivo sobre a perda esperada total é elevado.

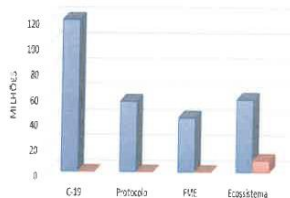
O risco de incumprimento está suportado pela liquidez e a perda esperada pelo capital ou património, que atingiram, 297.409.582 CVE e 1.040.767.123 ECV a 31 de dezembro de 2021, respetivamente<sup>12</sup>.

De notar, no gráfico, que 18,5% dos créditos garantidos vigentes têm condição de atraso superior 1 dia. Quando comparamos esse valor com o risco de incumprimento, 9.3%, podemos concluir, de maneira clara, a influencia dos créditos garantidos para o setor das microempresas.

Total de Créditos Garantidos vs Total Créditos em Atraso



Probabilidade de Incumprimento, PI, e Perda Esperada, PE, por Produto em ECV



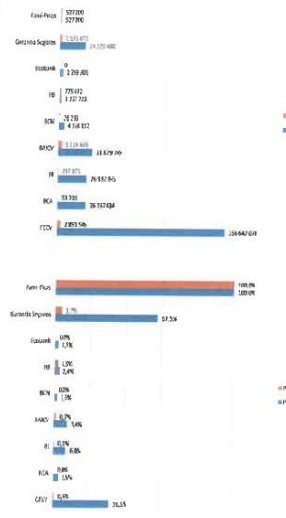
Quando observamos a PI, (Probabilidade de Incumprimento) e a PE, (Perda Esperada) por produto, vemos que os produtos COVID-19, Ecosistema e FME têm perda esperada zero, dadas as contragarantias de estado, mas o produto bilateral, que não tem contragarantias do estado, tem perda esperada, 2,9%.

<sup>11</sup> O risco de incumprimento para a Pró-Garante corresponde ao risco de acionamento de uma garantia emitida. Os protocolos assinados pela Pró-Garante com as instituições financeiras estabelecem o direito de acionar uma garantia aos 90 dias de atraso de uma prestação (crédito em incumprimento). O modelo de classificação interno aplica valor 1 para o ponderador, quando um crédito está em incumprimento (atraso > 90 dias).

<sup>12</sup> Na assembleia geral, prevista para abril de 2022, a Pró-Garante vai realizar um aumento de capital.

19

Os gráficos da PI e a PE por instituição financeira, em montante e percentagem, mostram que o banco Caixa dispõe de uma PI superior às outras instituições financeiras, em montante, correspondendo a aproximadamente 44% das operações que o banco comunica mensalmente, ao abrigo da moratória, sem ter formalizado ainda a condição, conforme os procedimentos estabelecidos. Além disso, 35% corresponde à PI do programa FME, em que o banco Caixa só formaliza as operações avaliadas pela Pró-Empresa e garantidas pela Pró-Garante.



Podemos ver que nenhuma instituição financeira, no ano 2021, atingiu o “stop loss” das emissões de garantias<sup>13</sup>.

Por fim, podemos observar<sup>14</sup> que todas as instituições financeiras, a exceção da Garantia Seguros e Fami-Picos, têm PI similares ou inferiores ao risco de crédito do sistema financeiro do Cabo Verde<sup>15</sup>.

Face ao exposto acima, há que fazer uma análise, e julgamento, de maneira cautelosa para evitar enviesamentos, porque as series temporais do comportamento dos créditos com garantia da Pró-Garante ainda são pequenas, uma parte da sua carteira, cerca de 25%, optou pela moratória, e finalmente, é preciso realizar tratamentos estatísticos avançados para eliminar os eventuais ruídos e distorções do comportamento.

Com tudo, o Conselho de Administração está a considerar o risco de garantia como baixo porque está estruturado em cerca de 90% com contragarantias de estado.

**c) Risco Operacional (Tecnológico e Legal)**

Para a PG o risco tecnológico e legal corresponde à possibilidade de incorrer em perdas, derivadas de falhas nos processos e/ou por omissões, enganos ou falhas na realização das atividades administrativas e operacionais por ações tomadas pelo pessoal e/ou pelas deficiências nos sistemas informáticos e tecnológicos, e/ou pelas deficiências dos contratos

<sup>13</sup> A CECV tem um PI de 14,5% sem a formalização das operações em moratória e sem as operações do FME.

<sup>14</sup> Idem nota 13

<sup>15</sup> A Pró-Garante prevê que o risco do sistema estará situado entre 14% e 15%, no ano 2021

Handwritten signatures and the number 20.

realizados, ou atos acometidos, que eventualmente signifiquem processos judiciais desfavoráveis e/ou, pelos eventuais acontecimentos inesperados relacionados com a infraestrutura operacional externa.

Durante o ano 2021, apenas dois eventos, ao abrigo da definição acima, foram reportados, ou registados, e analisados pelo CA em termos de incidentes, mas sem impacto financeiro.

De maneira mais específica, não se registou qualquer evento que pudesse afetar a continuidade da atividade.

Contudo, e posto que a maioria dos processos da empresa são manuais, embora exista segregação de funções, fluxogramas de processos e procedimentos em vigor, a Pró-Garante identifica aqui uma oportunidade significativa de melhoria nesta área.

De facto, a Pró-Garante deverá automatizar todos os seus processos (incluindo a gestão do risco de garantias) até ao final do ano de 2022, o que vai elevar o padrão dos atuais mitigadores do risco operacional inerentes à atividade da empresa.

Além disso, o plano definiu atividades de formação para todo o pessoal da empresa sobre questões de controlo interno e melhores práticas.

Por fim, o plano de atividade do ano de 2022 contempla a análise de todos os seus procedimentos operacionais, com vista fazer os ajustes necessários, à luz das lições aprendidas e de acordo as suas declarações e definições estratégicas.

#### **d) Risco de liquidez**

A Pró-Garante definiu, conforme aos padrões e regras nacionais e internacionais, como risco de liquidez, a possibilidade de ter perdas devido a ausência dos recursos para cumprir com as suas obrigações assumidas. Em concreto, o risco de perda por descompensações das posições ativas e passivas ou pela ausência de disponibilidades, ou capacidade para transformar um ativo em disponibilidades, conforme aos requerimentos dos passivos.

O principal passivo da Pró-Garante é o seu passivo contingente ou carteira garantida, e a empresa deve estar preparada para responder atempadamente, conforme estabelecido nos contratos com as instituições financeiras – quando uma garantia emitida para uma operação elegível é acionada.

De facto, a Pró-Garante, logo que for acionada uma garantia, deve pagar imediatamente, conforme o Contrato, tratando-se de operação garantida é elegível.

Como cerca de 90% da sua carteira está estruturada com contragarantias de estado, o seu risco de liquidez corresponde à diferença temporal do pagamento, adequado ao pagamento das contragarantias pela Direção Geral do tesouro.

O rácio, ativo líquido sobre risco vivo, é um bom indicador para verificar a robustez da Pró-Garante, quanto à liquidez, numa situação de stress dos pagamentos das contragarantias. O valor do rácio acima assinalado, mostra que é possível suportar até 53% dos créditos garantidos malparados, valor próximo dos 3,6 vezes do risco do sistema financeiro de Cabo Verde.

Em termos de monitorização, e como foi dito anteriormente sobre risco de garantia, a Pró-Garante dispõe de um modelo de classificação interna que mede o risco dos acionamentos das garantias emitidas, baseado no risco de incumprimento das operações de crédito garantidas. O risco de incumprimento deve de ser suportado pelos ativos financeiros mais líquidos.

Assim, o Conselho de Administração considera que o risco de liquidez é baixo.

#### e) **Risco de Reputação**

A Pró-Garante definiu como o seu risco técnico, a probabilidade de perda devido a degradação da imagem da entidade por incumprimento das leis, regulamentos, normas internas, códigos de governança e códigos de conduta, entre outros.

Um dos maiores riscos inerentes ao risco de reputação é de que as instituições financeiras percebam que, a Pró-Garante não tem nenhuma dificuldade, em assumir a sua principal responsabilidade, ou compromisso, de pagar as garantias acionadas.

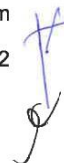
Mas há que ter em conta que o compromisso com as instituições financeiras é:

***“Pagar de imediato as garantias acionadas, de acordo ao estabelecido nos contratos, desde que a operação de crédito envolvida seja elegível”***

O que significa necessariamente um exame de elegibilidade, para assegurar que as instituições disponham dos documentos que comprovam a elegibilidade e a serem

22

22



confirmados pela Pró-Garante, quanto à autenticidade, conformidade e a correta formalização do processo.

A experiência comprovada indica que o principal problema, reside em chegar-se a um consenso se uma operação é ou não elegível.

A Pró-Garante dispõe de um manual de operações e fichas técnicas onde se definem as condições de elegibilidade, os documentos necessários (as suas formalidades) e o procedimento para acionar uma garantia, para mitigar os riscos operacionais. Além disso, dispõe de um programa de reuniões técnicas com as instituições financeiras para a análise conjunta dos procedimentos.

Para os outros riscos inerentes, o Conselho de Administração realiza, de maneira periódica, eventos para reforçar os valores institucionais com todo o seu staff.

O Conselho de Administração classifica o risco como médio, porque ainda tem um baixo nível de acionamento de garantias<sup>16</sup>.

## 2.2. Análise Económica e Financeira

Em termos económicos e financeiros, a Pró-Garante registou em 2021 uma evolução positiva e robusta, como pode-se constatar no balanço, um aumento em 64% face o ano anterior, ou seja, de 990 milhões para 1,630 milhões.

O crescimento explica-se principalmente pelos fundos entregues pelo Ministério das Finanças, para aumento do capital do Estado na Pró-Garante, de 547 milhões de ECV. Acresce ainda que o lucro líquido após impostos dos três anos de vida da empresa, que atingiu 78,6 milhões, e que foram capitalizados ou constituídos como reserva legal.

A estrutura financeira apresenta uma liquidez satisfatória, pois a soma dos saldos nos bancos e ativos financeiros (constituídos exclusivamente por depósitos a prazo em bancos locais e obrigações do tesouro, portanto, altamente líquidos) ascendem a 1.592,4 milhões de ECV, ou seja, 97,7% do total dos ativos.

<sup>16</sup> Apenas 4 garantias já foram acionadas, das quais duas já foram pagas, 1 está à espera de documentos legais para realizar o pagamento e outra ficou suspensa porque a instituição financeira informou que a operação acionada estava em processo de regularização

As provisões, 9.247.477 ECV, que correspondem à perda final da Pró-Garante sobre as garantias concedidas, são baixas em relação ao risco vivo e a PI, porque 90% dos saldos pendentes da cobertura concedida tem contragarantias do Estado. Na prática, isto significa que o capital da Pró-Garante é muito superior aos saldos pendentes de cobertura concedidos ao sistema financeiro cabo-verdiano, 176 vezes.

O que foi acima assinalado, demonstra que a Pro-Garante cumpre os mais elevados padrões nacionais e internacionais em termos de solvabilidade e de liquidez, para honrar a cobertura concedida, sendo de todo interesse da Pró-Garante manter-se em condições de honrar os seus compromissos, estruturando e gerindo o seu risco com grande prudência, refletidos nas demonstrações financeiras. Por outras palavras, as garantias da Pro-Garante podem ser definidas como garantias de "Classe Mundial".

Quanto a sua eficiência financeira, as demonstrações de resultados mostram um resultado positivo antes de impostos de 38.261.426 milhões, superior a 102% face ao resultado do ano de 2020.

O primeiro ponto interessante a destacar é o aumento das receitas operacionais em 137%, comparativamente a 2019, o que se explica tanto por um aumento significativo dos rendimentos gerados pelos investimentos financeiros como pelos rendimentos gerados pelas taxas cobradas sobre empréstimos garantidos.

Por outro lado, os custos operacionais cresceram 30,6% relativamente a 2019.

O aumento das receitas em 137%, e dos custos em 31%, mostra claramente o enfoque na produtividade, ou eficiência operacional da Pró-Garante, onde a produtividade marginal atingiu o valor de 4,2.

Vale a pena novamente evidenciar o sucesso da Pró-Garante em atingir o seu ponto de equilíbrio operacional em 1,4<sup>17</sup>, ou seja, um valor superior a 40%, que lhe permite utilizar o seu capital apenas para custos por risco<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> Especialmente que o cálculo deste indicador tenha em conta o custo da assistência técnica do Banco Mundial, mas não as receitas correspondentes ao projeto.

<sup>18</sup> Um dos objetivos estratégicos propostos pela Pró-Garante.

Assim, o Conselho de Administração pode afirmar que os resultados financeiros obtidos em 2021 são satisfatórios e que foi alcançada uma estrutura económica com elevado grau de solvência e liquidez, o que permite oferecer ao mercado uma garantia da mais alta qualidade.

### **2.3. Aprendizagem/Oportunidades de Melhoria, Principais Desafios e Projeções Futuras**

O ano 2022 vai continuar a ser um ano de incertezas. Não obstante o controlo da crise sanitária, elevado nível de vacinação atingido em Cabo Verde, vislumbram-se outros eventos que poderão ter algum impacto em Cabo Verde.

Primeiro, a crise geopolítica entre Ucrânia e Rússia, que está a afetar a Europa e os EUA, bem como alguns conflitos sociopolíticos na África Continental. Segundo, a elevada inflação que se verifica na maioria dos países do mundo, influenciada pelos problemas na cadeia de abastecimento que, aliado ao enorme esforço fiscal dos países para manter a procura, vai obrigar, com algum grau de certeza, a que os países apliquem políticas monetárias restritivas e, portanto, com grande probabilidade de afetar a retoma da economia. Finalmente, os défices fiscais derivados de programas sanitários e económicos para defrontar a crise COVID-19.

Todos os fatores acima indicados podem afetar negativamente e limitar a implementação das ferramentas que o Governo de Cabo Verde pretende utilizar para a retoma da economia.

Especificamente, para a Pró-Garante, as incertezas vão estar refletidas no nível de incumprimentos reais após o término das moratórias promovidas pelo sistema financeiro.

Assim, não sendo possível vislumbrar os efeitos e os impactos da crise C-19, nas empresas em 2022, a Pró Garante continuará a operar, nesse ambiente de incerteza económica, com critérios prudências elevados relativos à sua alavancagem e liquidez.

Por conseguinte, o plano de negócio para o ano 2022 da Pró-Garante, coerentemente, manterá alinhado às estratégias do Estado para continuar a enfrentar a crise e pós crise, sem descurar dos seus objetivos de consolidação, mantendo-se sempre alinhada com os desafios do desenvolvimento de Cabo Verde ao longo prazo.

25

Especificamente, a Pró-Garante, manterá determinadas ações direcionadas para a fase de emergência, ou de crise, para assegurar os fluxos financeiros para as empresas. De igual modo irá desenvolver e disponibilizar produtos para fazer face ao período pós crise, ou de reestruturação, com oferta de produtos de garantias para resolução de dívidas e, finalmente preparar-se para a fase da resiliência, com produtos alinhados com os objetivos do programa **“Desafio 2030”**.

Por conseguinte, o principal objetivo para a Pró-Garante, para o ano 2022 consiste em:

**“Ser uma ferramenta de apoio às empresas, face a crise e pós crise, alinhada com as ações do Governo de Cabo Verde, e prosseguir com a consolidação de seu modelo de negócios”**

Os principais produtos vão continuar a ser direcionados para a retoma das atividades das empresas, visando manter o fluxo de financiamento da tesouraria e mobilizar financiamento para os seus investimentos.

Para o desenvolvimento dos seus objetivos, até o início do segundo semestre do ano 2022, a Pró-Garante irá realizar um aumento de capital equivalente a 500 milhões de escudos cabo-verdianos, o que significa que seu capital irá atingir cerca de 1.600 milhões de CVE.

Por fim, a Pró-Garante planeia continuar o processo de consolidação institucional, de seu modelo de negócio, prosseguindo com a digitalização de todos seus processos (incluído os processos de gestão integral de riscos), e construção da plataforma digital.

Planeia de igual modo, implementar outras experiências de contragarantias similares às realizadas com as Nações Unidas, visando maior alavancagem com uma apropriada proteção do seu capital, objetivo estratégico para a sustentabilidade financeira a longo prazo.

Planeia, também, levar a cabo ações de consolidação do seu modelo de governação e do seu staff (outra variável chave para a sustentabilidade). A consolidação dos governos e do staff é considerado um objetivo essencial a ser assumido numa perspetiva de gestão de talentos.





### **III. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais**

Os membros do Conselho de Administração e os membros da Mesa da Assembleia da Pró-Garante, ao abrigo do disposto pela deliberação realizada no dia 7 de janeiro de 2020, de acordo com a vontade expressa do acionista Estado, devidamente representado pelo Sr. Vice-Ministro das Finanças, Dr. Olavo Correia, nos termos dispostos do n 1 do artigo 13 da lei n 104/VIII/2016, de 6 de janeiro, alterado pela lei pela lei n 58/IX/2019, de 29 de junho, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais dos estatutos das empresas públicas, na qualidade de detentor de 100% do capital social da sociedade de Garantia Parcial de Créditos S.A.

Os órgãos sociais da Pró-Garante auferiram em remunerações ao longo do ano de 2021 a quantia de 25 413 845 CVE<sup>19</sup>.

### **IV. Honorários do Auditor Externo**

O auditor externo da Pró-Garante, recebeu em honorários em 2021 a quantia de 843 000 CVE , pela auditoria que efetuou às contas do ano de 2020 da sociedade.

### **V. Descrição das operações com partes relacionadas**

A sociedade em 2021 não apresenta nenhuma operação com partes relacionadas

### **VI. Proposta Aplicação de Resultados**

Em relação aos resultados obtidos, lucro líquido de 34 662 593 CVE, o conselho de administração proporá à assembleia geral adicionar a reserva legal conforme ao estabelecido pela lei e capitalizar todo o lucro restante.

<sup>19</sup> O valor tem incluído a consultoria internacional que está a prestar a assistência técnica do projeto do Banco Mundial, valor que foi inteiramente suportado pelo projeto assinalado. A assistência técnica foi renovada para o ano 2022, mas alguns custos da consultoria, especificamente em relação ao salário variável e outras regalias, serão absorvidos diretamente pela Pró-Garante conforme ao estabelecido nas regras aplicáveis ao setor público empresarial.

27